

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

C749a Congresso Nacional de Arquivologia (4. : 2010 : Vitória, ES).  
Anais do IV Congresso Nacional de Arquivologia, 19 a 22 de  
outubro de 2010. - Vitória, ES : [AARQES], 2010.  
1 CD-ROM

Tema: A Gestão de Documentos Arquivísticos e o Impacto das  
Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.  
ISBN: 978-85-63771-00-1

1. Arquivologia - Congressos. 2. Documentos arquivísticos -  
Congressos. 3. Tecnologia da informação. I. Título. II. A Gestão de  
Documentos Arquivísticos e o Impacto das Novas Tecnologias de  
Informação e Comunicação.

CDU: 930.25

---

## Realização



## Patrocínio



## Apoio



## Parceiros



## Agência Oficial



## Organização



**IV CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**  
“A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E O IMPACTO DAS NOVAS  
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO”  
19 A 22 DE OUTUBRO DE 2010 - VITÓRIA-ES

**ENCONTRO PARALELO: III**  
**ENCONTRO DE ARQUIVOS**  
**DO PODER LEGISLATIVO**

**MODERNIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE APOIO DE**  
**GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DA CÂMARA DOS**  
**DEPUTADOS<sup>i</sup>**

Daniela Francescutti Martins Hott,  
[daniela.martins@camara.gov.br](mailto:daniela.martins@camara.gov.br)

Secretária-Executiva da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo da  
Câmara dos Deputados. Mestre em Ciência da Informação da Universidade de  
Brasília.

Marcelo Caneiro da Fontoura,  
[marcelo.fontoura@camara.gov.br](mailto:marcelo.fontoura@camara.gov.br)

Analista Legislativo-Arquivista da Coordenação de Arquivo do Centro de  
Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Mestrando de Pós-  
Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

**Resumo:**

Em concordância com as diretrizes estabelecidas pelo Planejamento Estratégico da Câmara dos Deputados, que prevê a revisão de diversos atos normativos, vamos analisar o Ato da Mesa nº 62, de 1985, que regula a gestão arquivística de documentos. Esta revisão tem o propósito de fundamentar uma nova metodologia de avaliação na gestão arquivística documental na Câmara dos Deputados. Este processo está apoiado na atualização do Sistema de Controle de Produção Documental (SCPD), estruturando-o em uma plataforma de geração otimizada de sistemas baseados na tecnologia *web* e oferecendo todos os benefícios da “administração colaborativa” com edição e atualização de dados totalmente *on-line*, o *software* livre denominado *plataforma evm.net*.

**Palavras-chaves:**

Arquivo Público – Gestão de Documentos – Avaliação – sistemas informatizados - *software* livre

## **1. Introdução**

Esta comunicação pretende abordar o Ato da Mesa nº 62, de 1985, que regula a gestão arquivística de documentos na Câmara dos Deputados. O propósito desta revisão é fundamentar uma nova metodologia de avaliação na gestão arquivística documental na Câmara dos Deputados respeitando as prerrogativas básicas implementadas e aplicadas pela Coordenação de Arquivo (Coarq).

Desde a década de 70, início das suas atividades, a Coordenação de Arquivo instituída no Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Diretoria Legislativa pela Resolução nº 20 de 1971, vem empreendendo esforços, para tratar os documentos e informações arquivísticas disponíveis na Câmara dos Deputados, com o objetivo de colaborar para que todos os atores estejam bem informados, sejam para as atividades do processo legislativo e administrativo na instituição como a sociedade em geral.

A Coarq é uma das instituições precursoras na implantação de políticas e técnicas de gestão arquivística no Brasil, contemplando todas as fases: arquivos correntes, intermediários e permanentes. Embora suas competências e sua estrutura permanecem quase inalteradas até o momento, esta situação vem sendo revista e redimensionada a partir da implementação do planejamento estratégico na Câmara dos Deputados desde o ano 2000.

Vale registrar nesta comunicação, que embora a Lei de Arquivos tenha sido instituída em 1991, que também criou o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); no Congresso Nacional, especificamente na Câmara dos Deputados, as atividades de gerência da produção documental, foram regulamentadas no ano de 1985 (seis anos antes), conforme observado no Ato da Mesa nº 62:

[...]

Considerando a necessidade de levantar e racionalizar a produção documental, a fim de aumentar a eficiência dos arquivos correntes e a qualidade e funcionalidade dos arquivos permanentes, em benefício da recuperação de informações e da pesquisa;

[...]

Considerando a necessidade da avaliação criteriosa dos documentos com vista ao controle de crescimento da massa de papéis através de descarte sistemático de séries mais volumosas e rotineiras, com reflexo na liberação de áreas e na seleção do arquivo permanente;

Considerando a necessidade de disciplinar a seleção de documentos para preservação, tendo em vista seu uso pela própria Câmara, para fins administrativos, legais, fiscais e de pesquisa, e por terceiros, na recuperação da história parlamentar, política e social do País.

O processo metodológico de avaliação de documentos de arquivos da Câmara dos Deputados tem como base o levantamento da produção documental, denominado

internamente de fluxograma; e o Plano de Destinação de Documentos de Arquivo (PDDA).

O fluxograma registra e descreve todos os passos que dão origem aquele processo em ação, é estruturado por funções, atividades e rotinas, nas quais os documentos arquivísticos são mapeados evidenciando-se o contexto em que estes são criados e suas inter-relações entre os produzidos e os recebidos pelas diversas unidades orgânicas.

Como o trabalho de levantamento da produção documental é feita em parceria com os órgãos de origem, cabe a eles elaborarem uma proposta para o prazo de guarda de seus documentos, aos arquivistas há a ponderação com relação a valoração desses documentos: valores primários e secundários. Os resultados são consubstanciado em instrumentos próprios, denominados Planos de Destinação dos Documentos de Arquivo (PDDA).

A elaboração desses instrumentos de gestão de controle de produção documental arquivística são desempenhadas pela Seção de Avaliação e Recolhimento da Coarq desde a promulgação do Ato da Mesa nº 62, de 1985. Uma vez que as outras seções da Coarq desempenham as atividades de processamento técnico de seus acervos nas fases intermediária e permanente.

Concluídos os estudos dos documentos pertinentes a cada atividade e aprovados os Planos de Destinação de Documentos de Arquivo pela Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo (CADAR), são extraídos dos mesmos, as Tabelas de Temporalidade para publicação em órgão oficial (Boletim Administrativo) que passarão a vigorar após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, caso não haja revisão da matéria, em conformidade aos preceitos do artigo 14 do Ato da Mesa nº 62, de 1985.

É interessante ressaltar que os princípios e critérios gerais de avaliação de documentos de arquivo na Câmara dos Deputados está minuciosamente definida na Instrução Normativa nº 01, de 1986 ; trata-se de um instrumento de trabalho que norteia as decisões da CADAR, cuja composição foi reformulada pelo Ato da Mesa nº 206, de 1990.

Esses instrumentos de gestão, o Fluxograma e o PDDA eram até então datilografados nas máquinas de escrever; sendo somente entre 1989 e 1990 a equipe da Seção de Avaliação e Recolhimento (Sarec) desenvolveu um banco de dados denominado Sistema de Controle de Produção de Documentos (SCPD) no *software Autoprogram* que mais tarde, no ano de 1996 ou de 1997 foi migrado para o *software Microsoft Access*<sup>ii</sup>.

Em 1996, o CONARQ torna pública o plano de classificação e a tabela de temporalidade para as atividades meio da administração pública federal, que contou com intensa colaboração da Coarq; tendo passados dez anos da aplicação do Fluxograma e do PDDA na Câmara dos Deputados... assim como a publicação de suas Tabelas de Temporalidade nos Boletins Administrativos. Foi também o ano que tomaram posse os primeiros arquivistas de graduação universitária.

## **2. Valorização do conhecimento: novos paradigmas arquivísticos**

Fazendo um paralelo com a evolução tecnológica mundial, as organizações começam a vivenciar uma série de mudanças voltadas para a valorização do conhecimento organizacional. Portanto a Câmara dos Deputados também busca reorientar suas práticas gerenciais para valorizar o capital intelectual e a gestão estratégica das informações iniciou um longo processo de reestruturação interna tanto administrativa, tecnológica e cultural a partir do ano de 1997.

Dentre as remodelações estruturais e administrativas destacamos a criação de alguns órgãos como o Centro de Informática (CENIN) em 1997; a Secretaria de Comunicação (SECOM) em 1998 com a incorporação da Agência e do Jornal e criação do Rádio e da TV; e a criação da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) em 2003 quando inicia-se de fato a implantação do processo de Planejamento Estratégico da Casa.. Vale destacar que todas essas ações por ventura contribuíram exponencialmente um grande impacto de produção de informações arquivísticas oficiais...

Com o CENIN, órgão responsável em prover soluções tecnológicas, dá-se o início aos processos de implementação de sistemas corporativos de informação objetivando dar maior transparência e agilidade na disseminação das informações para a sociedade brasileira; que até então era dependente do Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado Federal):

“Segundo as informações colhidas as datas marcantes do processo de informatização autônoma na CD [Câmara dos Deputados] foram: 4 de novembro de 1998 – início dos serviços do Painel Eletrônico da CD, 15 de julho de 1997 – início da prestação de serviços de internet na instituição; 12 de dezembro de 2001 – início dos serviços do SILEG – Sistema de Informações Legislativas da Câmara” (GUEDES, 2006, p.45-46).

Acompanhando os avanços e buscando firmar o papel da Coarq como órgão central do Sistema de Arquivo da Câmara dos Deputados (SIARQ-CD), conforme as prerrogativas do Ato da Mesa nº 15, de 1999; as Tabelas de Temporalidades aprovadas e

homologadas pela CADAR passam também a serem publicizadas na *Internet* e na *Intranet* no formato PDF a partir do ano de 2000<sup>iii</sup>.... Ainda no ano de 1999 por meio da Portaria nº 39 é instituído um sistema de controle de processos e documentos, denominado SIPRO. Bem em linhas gerais essas colocações foram bem sistematizadas por HOTT<sup>iv</sup> durante o XV Congresso Brasileiro de Arquivologia(2008):

Como podemos depreender dos pontos relacionados acima, a revisão sobre o *modus operandi* para a gestão dos arquivos corrente e intermediários da Câmara dos Deputados passa pela evolução e revolução daquilo que é objeto de interesse do arquivista: o tratamento dos documentos que contém informações com interesse da arquivística e os seus processos de produção, que simplesmente propõem que a partir dos estudos elaborados sejam criados **planos ou quadros de classificação**, *modus faciendi* que sempre indicaram para essa evolução quando a investigação exige a pesquisa sobre a estrutura, as funções, as atividades e os conteúdos informacionais que compõe os arquivos da instituição. [...]

Esses passos iniciais abriram portas e parceria com outras unidades administrativas da Casa, como por exemplo, em 2003, quando foi criado um grupo de trabalho [instituída pela Portaria nº 86, de 23 de julho de 2003], de formação multidisciplinar com o objetivo de elaborar o Plano de Classificação Funcional da CD (taxionomia das funções organizacionais<sup>v</sup>).

O resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho que teve por objetivo a elaboração do Plano de Classificação Funcional da CD gerou como produto a substituição ao antigo sistema de controle de processos (SIPRO) por uma alternativa, estruturada em ambiente Microsoft Windows, denominada SIDOC.

A estrutura anterior, a do SIPRO somente permitia o acompanhamento de trâmites dos processos protocolizados, mas não controlava a entrada e a saída dos processos; este controle era uma atividade manual executada por cada unidade administrativa, corroborando em perda e desvio de informações dos processos.

O novo sistema denominado SIDOC começou a ser utilizado em todas unidades administrativas da Casa a partir de agosto de 2003, foi uma alternativa ao SIPRO, estruturada em ambiente Microsoft Windows, com a intenção de servir como uma ferramenta de gestão documental, acompanhando o registro dos documentos, desde o “nascimento” até a sua destinação final, ou seja, o descarte ou guarda permanente. No entanto, muitas das funcionalidades previstas, principalmente as que envolvem a gestão documental, estão “inoperantes” seja por questões técnicas, seja pela não inclusão de dados em suas tabelas.

Como pontuado por Marilena Leite Paes (1997) garantir uma gestão informacional eficiente e eficaz, direcionada aos novos suportes informacionais é uma necessidade. A adoção de qualquer mecanismo não dispensa a necessidade de se ordenar tecnicamente os documentos de um arquivo. Muito pelo contrário. É fundamental, é requisito básico que a documentação produzida ou recebida por qualquer instituição seja sistematicamente organizada, controlada de forma racional e

bem conservada, para disponibilizá-la de maneira rápida e precisa aos usuários, utilizando para isso processos convencionais ou tecnologias avançadas.

A Câmara dos Deputados norteia as próprias ações nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, definidos na Constituição Federal de 1988. E em dezembro de 2003 um Grupo de Trabalho é criado pela Diretoria Geral para dar início ao processo de implantação de Planejamento Estratégico. No ano de 2004 todos setores da Casa se envolveram e listaram os valores do Plano Estratégico da Câmara dos Deputados que foram confirmados no ciclo de Gestão Estratégica de 2009 conforme consta no Portal<sup>vi</sup>.

Em abril de 2009, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados aprova o Plano Estratégico Corporativo<sup>vii</sup>, que é, dentre outros documentos, a declaração formal na qual a Câmara dos Deputados registrou a forma de cumprimento de sua filosofia e missão. Além disso, do Plano Estratégico Corporativo priorizaram-se onze programas e projetos estratégicos para serem desenvolvidos e implantados no biênio 2009-2010; destacamos dois desses onze, nas quais a Coordenação de Arquivo é uma das figuras-chave para o sucesso:

- Programa de Gestão da Informação e do Conhecimento: definição e implantação de políticas para selecionar, organizar, manter e disseminar informações e documentos de forma segura, com o objetivo de compartilhar o conhecimento; e
- Projeto de Gestão de Processos: implementação da metodologia de gestão de processos, visando à melhoria contínua dos processos estratégicos, à automatização dos fluxos de trabalho e ao aumento da eficiência organizacional.

A participação ativa dos profissionais na gestão da informação nesses programas focando a agregação de valor por meio da disponibilização de informações arquivísticas começa a delinear para o arquivista da Câmara dos Deputados, um importante papel no exercício de suas funções de gestor de informações arquivísticas, inclusive as digitais, fortalecendo seus papéis de empreendedor e de intelectual na formulação de soluções que possibilitem a geração de conhecimento, além daquelas já comumente reconhecidas pela preservação, disponibilização e acesso às informações e à memória organizacional. E um dos caminhos que está sendo pavimentado é na potencialização tecnológica do Sistema de Controle de Produção de Documentos (SCPD) para o ambiente em plataforma evm.net, uma estrutura virtual modular na *Internet*.

### 3. Plataforma evm.net

O uso da Plataforma evm.net é o resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido por um dos autores no período de 1997 a 2001 para atender inicialmente às necessidades do processo de informatização em curso da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A pesquisa tratou de buscar uma solução alternativa às duas necessidades antigas e recorrentes no que se refere a desenvolvimento de sistemas de informação automatizados nos órgãos públicos: a contratação de empresas de software e/ou a aquisição de pacotes de sistemas e de aplicativos prontos.

A Plataforma evm.net é um acrônimo de Estrutura Virtual Modular na *Internet*, trata-se de um conjunto de soluções próprias e integradas que permitem a geração de aplicações colaborativas via *web* que utilizam os conceitos de *datawarehouse*<sup>viii</sup> e *datamining*<sup>ix</sup> de forma extensiva.

Uma questão que direcionou pela escolha da plataforma evm.net era que os sistemas deveriam ser auto-explicativos, de interface simples e com poucos pontos de fuga, de uma certa forma a idéia inicial era elaborar um sistema que fosse semelhante aos portfólios dos grandes bancos (como *Personnal Banking* do Banco do Brasil); até porque não havia equipe, verba, espaço e tempo para elaboração de manuais e/ou organização de cursos de treinamento.

Outro aspecto levado em conta foi a escolha por uma linguagem que oferecesse uma interface dinâmica a ponto de que qualquer usuário pudesse acessar essas informações de uma forma quase que intuitiva, no caso, as vantagens tecnológicas oferecidas pela linguagem em ASP.

A estruturação dos dados foi realizada para possibilitar a substituição de qualquer uma das ferramentas atuais, mantendo sua integridade e acessibilidade. A drástica redução dos prazos para geração de novos sistemas é uma das características mais marcante da tecnologia evm.net quando comparada aos processos tradicionais. Nesta plataforma, sistemas são chamados de módulos.

A tecnologia ASP não possui todas as ferramentas e as funções necessárias à implementação de um sistema corporativo via *web*. Este é um dos principais motivos das críticas em relação à produção de sistemas críticos na *web*, e um dos focos principais das críticas à esta linguagem.

Nosso trabalho foi então muito além de gerar um sistema em ASP. Projetamos e desenvolvemos um conjunto de soluções inovadoras e necessárias a nossos objetivos. A segurança ativa em cada acesso, cadastro de páginas e regras no banco, combo especializada que apresenta somente os resultados significativos, identificação de

homônimos bem como paginação automática em páginas de busca foram algumas das soluções geradas e (FONTOURA, 2006, p.32)

Esta plataforma é um software livre e foi gerada com recursos dos Legislativos Estaduais Brasileiros, através da UNALE/Itec.legis<sup>x</sup> e está disponível para utilização conforme termos da licença GNU-GPL<sup>xi</sup>.

Considerando as vantagens operacionais ofertadas pela plataforma evm.net, aliadas a necessidade de substituição do Sistema de Controle de Produção Documental (SCPD) estruturado no software *Microsoft Access* que com a implantação do Planejamento Estratégico e da Gestão por Processos na Câmara dos Deputados, tornou-se necessária a elaboração de um ferramental com maior amplitude que atenda à demanda corporativa da Casa. Em agosto de 2009 iniciam-se na Coordenação de Arquivo os estudos para a elaboração do Sistema Integrado para Controle da Produção Documental (SCPDWEB).

#### **4. Considerações gerais**

Esse caso é bastante ilustrativo de que o profissional de arquivo está ampliando seu leque de atuação e estreitando o relacionamento com outras áreas organizacionais, garantindo atuação integrada e multidisciplinar, principalmente aquelas que possuem relacionamento com a gestão e estudos da informação arquivística: administração de banco de dados, criação e/ou aplicação de conjuntos de metadados e até mesmo, em algum grau, o desenvolvimento de aplicações, utilizando-se de conhecimentos de programação (ANDRADE, 2006, p.157):

Programar ou criar um conjunto de rotinas lógicas para que o computador execute é apenas uma disciplina de um campo do conhecimento [...] [e não traz nenhum] prejuízo para a identidade do profissional arquivista e agrega um valor importante, frente ao mercado do trabalho atual [do século XXI]. [...] Afinal, cabe a esse profissional a gestão e preservação do acervo, e preservar no paradigma digital significa entender o digital.

Desta forma, podemos concluir que o Arquivo da Câmara dos Deputados se encontra no início de um processo de construção de um novo modelo de política arquivística para a organização, focando na crescente produção digital, como objetivo de produzir as condições necessárias para uma gestão eficaz dos documentos eletrônicos e garantir a preservação digital das informações.

Muitas são as barreiras a serem ultrapassadas quando se fala em uma política de gestão da informação, a começar pela cultura organizacional que resiste a mudanças. A proposta de implantação dessa política implica criação e alterações na elaboração de documentos, com possibilidade de revisão de alguns fluxos informacionais, além de investimentos em qualificação de pessoal e na estrutura física adequada; faz-se acima de tudo, necessário o reconhecimento da importância da gestão da informação pelo

comprometimento da administração e dos produtores dos documentos. [...] O arquivista tem que pensar como a própria organização em todas suas instâncias e suportes, no momento em que elas [as informações] foram criadas já se considerando o seu ciclo de vida. [...] A máxima está na aplicação dos preceitos arquivísticos adequados a “gestão total de informação”, que englobe o tratamento da informação desde a sua produção até sua destinação final, garantindo sua integridade e acesso para que esteja disponível no momento necessário de sua utilização.

(HOTT, 2008).

- 
- i Nosso muito obrigado aos colegas Frederico Silveira dos Santos e Laila Monaiar no apoio incondicional na elaboração dessa comunicação.
  - ii Dados fornecidos pelos servidores Frederico Silveira dos Santos e Lamberto Ricarte Serra Junior precursores na elaboração dos bancos de dados.
  - iii Dados extraídos do Relatório Anual de Atividades 2000 da Seção de Avaliação de Documentos.
  - iv Por motivo de saúde familiar da autora, a exposição oral foi feita pela Professora Angélica Alves da Cunha Marques, professora assistente do curso de museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.
  - v “[...] é uma lista estruturada de funções e atividades que representam as ações desenvolvidas pelas diversas unidades orgânicas da Casa. A representação funcional está desassociada da estrutura hierárquica e não pretende refletir o conteúdo do organograma da instituição” (RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL, 2004).
  - vi Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/gestaoestrategica>
  - vii Dados extraídos do Boletim da Estratégia, 1a edição, abril de 2009. Disponível em: <http://intranet2.camara.gov.br/servidor/gestaoestrategica/internas/boletim1>
  - viii Literalmente, armazém de dados, que pode ser traduzido por “supermercado de informações”, é uma nova abordagem para os sistemas de apoio à decisão (TARAPANOFF, 2001, p.309).
  - ix “Mineração de dados”: tarefa de estabelecer novos padrões de “conhecimento”, geralmente imprevisos, partindo-se de uma massa de dados previamente coletada e preparada para este fim (TARAPANOFF, 2001, p.308).
  - x União Nacional dos Legislativos e Legisladores Estaduais / Instituto de Tecnologia Aplicada ao Legislativo
  - xi Licença Pública Geral, designação da licença de *software livre*.

### Referências bibliográficas:

ANDRADE, Ricardo Sodré. Tecnologia, memória e a formação do profissional arquivista. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.149-159, jan/jun.2006. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net/ojs/index.php>>.

CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.3, p.97-104, set./dez.2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf>>.

FONTOURA, Marcelo. Origens e desenvolvimento da plataforma evm.net. In: SIMEÃO, Elmira; MIRANDA, Antonio (Org.). **Portal do CID e a tecnologia evm.net**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006, p.11-30.

\_\_\_\_\_. Descrição da tecnologia e programação de módulos da evm.net. In: SIMEÃO, Elmira; MIRANDA, Antonio (Org.). **Portal do CID e a tecnologia evm.net**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006, p.31-72.

GABRIELI, Leandro; CORTIMIGLIA, Marcelo; RIBEIRO, José Luis. Modelagem e

---

avaliação de um sistema modular para gerenciamento de informação na *Web*. **Ciência da Informação**, Brasília, v.36, n.1, p.35-53, jan./abr.2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf>>.

GUEDES, Mario Augusto Muniz. **Fatores de risco de perda de documentos eletrônicos de caráter arquivístico em uma instituição pública**: um estudo de caso na Câmara dos Deputados. Brasília, 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

HOTT, Daniela Francescutti Martins. Primeira proposta de projeto de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília em 2004. (não publicado)

HOTT, Daniela Francescutti Martins. A atuação do arquivista na Gestão do Conhecimento da Câmara dos Deputados. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, XV, 2008, Goiânia. **Anais eletrônicos...** Goiânia: AAG, 2008. Disponível em: <<http://www.aag.org.br/anaisxvcb/>>.

11

MARTINS, Daniela Francescutti. Os desafios da Arquivologia frente à Tecnologia de Informação: uma revisão de literatura. **Ágora**: Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, v.12, n.26, p.10-16, 1997.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997. 228p.

ROSSETTI, Adroaldo et al. A organização baseada no conhecimento: novas estruturas, estratégias e redes de relacionamento. **Ciência da Informação**, Brasília, v.37, n.1, p.61-72, jan./abr.2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf>>.

TARAPANOFF, Kira (Org.). Glossário. In:\_\_\_\_\_. **Inteligência Organizacional e Competitiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 303-326.

### **Legislação interna:**

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ato da Mesa nº 62, de 12 de junho de 1985. Dispõe sobre os arquivos da Câmara dos Deputados, determina o levantamento e avaliação da produção documental de suas unidades organizacionais e dá outras providências. **Boletim Administrativo**, Brasília, DF, n 105, p.1047-1052, 12 jun. 1985.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ato da Mesa nº 206, de 11 de outubro de 1990. Altera o Ato da Mesa nº 62, de 1985, no que dispõe sobre a CADAR – Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, DF, p.11778, 7 nov. 1990. Seção 1, pt. 2/3.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ato da Mesa nº 15, de 18 de maio de 1999. Institui o Sistema de Arquivo da Câmara dos Deputados – SIARQ-CD. **Boletim Administrativo**, Brasília, DF, nº 96, p.1463-1467, 24 mai. 1999.

---

BRASIL. Câmara dos Deputados. Instrução Normativa nº 01, de 02 de dezembro de 1986. Define os princípios e critérios gerais de avaliação de documentos de arquivos, na Câmara dos Deputados. **Boletim Administrativo**, Brasília, DF, nº 231, 05 dez. 1986.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Portaria nº 39, de 08 de março de 1999. Estabelece normas para a formação de processo administrativo e trâmite de documento no SIPRO. **Boletim Administrativo**, Brasília, DF, nº 44.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Portaria nº 86, de 23 de julho de 2003. Constitui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar o Plano de Classificação Funcional da Câmara dos Deputados. **Boletim Administrativo**, Brasília, DF, de 24 jul. 2003, p.2367.

BRASIL. Câmara dos Deputados. BRASIL. Resolução nº 20, de 30 de novembro de 1971, que dispõe sobre a organização administrativa da Câmara dos Deputados, mais especificamente do Centro de Documentação e Informação. [Excertos: art. 81 a 88]. **Boletim Administrativo**, Brasília, DF.